

SECRETARIA ADJUNTA DA RECEITA PÚBLICA  
SIMPLIFICAÇÕES E REDUÇÕES TRIBUTÁRIAS EFETIVADAS DE 2003 A 2006

Or-dem	Eixo	n°	SEC	Atividades	Rea-liza-da	Medida	Resultado
1)	1	8	SEFAZ	Reduzir a incidência de impostos sobre os produtos da cesta básica isentando da alíquota estadual de ICMS		Decreto nº 01/03	Isenção do ICMS nas saídas internas da produção mato-grossense de: <b>arroz, feijão, carnes e miudezas comestíveis das espécies bovina, bufalina, suína e de aves</b>
						Decreto nº 650/03	Isenção do ICMS nas saídas internas da produção mato-grossense de: <b>banana</b> em estado natural e <b>peixes criados em cativeiro</b> , frescos, refrigerados e congelados, suas carnes e partes utilizadas na alimentação humana
						Decreto nº 6.025/05	Extensão da isenção para arroz quebrado ou fragmentado na forma de <b>quirera</b>
2)	4	13 14 15	SEFAZ	Reestruturar o FETHAB		Decreto nº 160/03	Regulamenta novas hipóteses de incidência do FETHAB (Lei nº 7.869 e nº 7.882/2002)
						Lei nº 7.901/03	Aumenta o valor da contribuição do FETHAB incidente nas operações com óleo diesel
						Lei nº 8.001/03	Reformulação dos controles financeiros do FETHAB
						Decreto nº 2.317/03	Revisão de procedimentos inerentes ao recolhimento e controle do FETHAB
						Decreto nº 2.456/04	Ampliação das hipóteses de aplicação dos recursos do FETHAB
						Lei nº 8.221/04	Política Habitacional – critérios de aplicação de recursos do FETHAB
						Lei nº 8.277/04	Ampliação das hipóteses de aplicação dos recursos do FETHAB
						Lei nº 8.351/05	Revisão de critérios para contribuição ao FETHAB – <b>crédito presumido</b> do ICMS na saídas interestaduais de gado em pé
						Lei nº 8.432/05	Reformulação do FETHAB – <b>ampliação</b> da destinação dos recursos (obras, serviços de transporte, habitação, bem como <b>desenvolvimento da agricultura e pecuária</b> )
						Decreto nº 6.994/06	

SECRETARIA ADJUNTA DA RECEITA PÚBLICA  
SIMPLIFICAÇÕES E REDUÇÕES TRIBUTÁRIAS EFFETIVADAS DE 2003 A 2006

3)	4	16	SEFAZ	Oferecer incentivos fiscais para a instalação de indústrias de maquinários a serem utilizados no ramo da indústria, agricultura e pecuária	Lei nº <b>7.958/03</b> Decreto nº <b>1.432/02</b>	Plano de Desenvolvimento de Mato Grosso: Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial Mato Grosso – <b>PRODEIC</b> , (obediência aos objetivos e diretrizes da política de desenvolvimento industrial, comercial, mineral e energético do Estado)
					Lei nº <b>7.969/03</b>	Ampliação do prazo de recolhimento do ICMS incentivado – <b>PRODEI</b>
					Lei nº <b>8.421/05</b>	Reformulação do Programa de Desenvolvimento Industrial – <b>PRODEI</b>
					Lei nº <b>8.431/05</b> Decreto nº <b>7.083/06</b>	Reformulação do Plano de Desenvolvimento de Mato Grosso
4)	4	17	SEFAZ	Oferecer incentivos fiscais para o microempreendedor que participar do microcrédito individual constituindo empreendimento gerador de empregos e renda familiar (indústrias de fundo de quintais e microprodutor rural)	Decreto nº <b>766/03</b>	Autoriza dispensa uso de ECF até 31.12.2003, com efeitos retroativos a 1°.02.2001, para contribuintes com receita bruta anual não superior a R\$ 120.000,00
					Decreto nº <b>2.319/03</b>	Definição de microprodutor rural ( <b>faturamento &gt; 5.350 UPFMT</b> ) e institui tratamento tributário simplificado para o mesmo
					Decreto nº <b>2.632/03</b>	Dispensa de inscrição estadual para o microprodutor rural, participante do PRONAF, cujo imóvel tenha área não superior a 50 hectares
					Decreto nº <b>6.026/05</b>	Elevação do limite para enquadramento como microprodutor rural ( <b>faturamento &gt; 41.000 UPFMT</b> )
					Decreto nº <b>6.880/05</b>	Reclassifica o produtor primário em <b>microprodutor rural, pequeno produtor rural e produtor rural</b> , definindo as respectivas faixas de enquadramento e obrigações acessórias
5)	4	18	SEFAZ	Reduzir a alíquota do IPVA	Decreto nº <b>51/03</b>	Regulamenta a redução de base de cálculo do IPVA nas aquisições de veículos novos, no território mato-grossense, e transferências de veículos usados de outras UF ( <b>100% de redução → carga tributária = zero</b> )
					Decreto nº <b>320/03</b>	Ampliação das hipóteses de admissibilidade de redução da base de cálculo do IPVA ( <b>100% de redução → carga tributária = zero</b> ) nas aquisições de veículos novos, diretamente do fabricante ou importador, com interveniência de concessionária local

SECRETARIA ADJUNTA DA RECEITA PÚBLICA  
SIMPLIFICAÇÕES E REDUÇÕES TRIBUTÁRIAS EFETIVADAS DE 2003 A 2006

					Lei nº <b>8.069/04</b> Lei nº <b>8.094/04</b> Decreto nº <b>2.435/04</b>	Manutenção da redução de base de cálculo do IPVA nas aquisições de veículos novos e transferência de veículos usados de outras UF, bem como <b>extensão do benefício</b> nas aquisições de <b>veículos automotores terrestres novos</b> , efetuadas junto a empresas estabelecidas em território mato-grossense, <b>transformados</b> pelas mesmas em <b>unidades especiais</b> .
					Decreto nº <b>4.588/04</b>	Manutenção da redução de base de cálculo do IPVA nas aquisições de veículos novos, transferência de veículos usados de outras UF, e nas aquisições de <b>veículos automotores terrestres novos</b> , efetuadas junto a empresas estabelecidas em território mato-grossense, <b>transformados</b> pelas mesmas em <b>unidades especiais</b> .
6)	4	19	SEFAZ	Reduzir gradativamente os impostos sobre energia e telecomunicações para a alíquota média nacional	Lei nº <b>7.867/02</b> Lei nº <b>8.233/04</b>	<b>Redução da alíquota</b> nas prestações de serviço de telecomunicação fixa, de <b>uso público</b> , ou <b>móvel celular</b> , mediante pagamento antecipado por <b>ficha, cartão magnético</b> ou assemelhado <b>vigência a partir de 1º.01.2003</b> <b>Isenção do ICMS - fornecimento de energia elétrica – parcela de subvenção – consumidores de baixa renda</b>
7)	4	20	SEFAZ	Reestruturar o perfil de cobrança do ICMS Garantido	Decreto nº <b>463/03</b> Decreto nº <b>717/03</b> Decreto nº <b>903/03</b> Decreto nº <b>1.012/03</b> Decreto nº <b>1.738/03</b> Decreto nº <b>2.264/03</b>	Implantação do <b>Programa ICMS Garantido Integral - peças, partes e acessórios</b> de veículos, de máquinas e equipamentos industriais, e de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas. Ampliação do Programa ICMS Garantido Integral – <b>ferramentas</b> em geral Ampliação do Programa ICMS Garantido Integral – inclusão de <b>segmentos econômicos</b> e acréscimos de mercadorias ( <b>medicamentos, perfumarias</b> e artigos de farmácia e drogarias) Ampliação do Programa ICMS Garantido Integral – inclusão de novos segmentos econômicos ( <b>móveis, eletrodomésticos, artigos de decoração e utilidades domésticas</b> ) Ampliação do Programa ICMS Garantido Integral – inclusão de novos segmentos econômicos ( <b>tecidos, confecções, calçados e acessórios; gêneros alimentícios, bebidas e outras mercadorias</b> ) Ampliação do Programa ICMS Garantido Integral – inclusão de novos segmentos econômicos ( <b>materiais de construção em geral</b> )

SECRETARIA ADJUNTA DA RECEITA PÚBLICA  
SIMPLIFICAÇÕES E REDUÇÕES TRIBUTÁRIAS EFFETIVADAS DE 2003 A 2006

					Decreto nº <b>2.265/03</b>	Ampliação do Programa ICMS Garantido Integral – inclusão de novos CAE ( <b>complementação de segmentos econômicos já inseridos</b> )
					Decreto nº <b>2.633/04</b>	Ampliação do Programa ICMS Garantido Integral - inclusão de estabelecimentos industriais e prestadores de serviços, relativamente às mercadorias adquiridas de outras UF para revenda
					Decreto nº <b>3.413/04</b>	<b>Redução da margem de lucro</b> do ICMS Garantido Integral para o segmento de peças, acessórios e ferramentas em geral ( <b>41,5%</b> )
					Decreto nº <b>4.010/04</b>	<b>Redução da margem de lucro</b> do ICMS Garantido Integral para o segmento de peças, acessórios e ferramentas em geral ( <b>40%</b> )
8)	4	21	SEFAZ	Rever a carga tributária de ICMS sobre os serviços de transportes de cargas e passageiros	Decreto nº <b>185/03</b>	<b>Redução de base de cálculo</b> do ICMS nas <b>prestações de serviços de transporte, dentro do território nacional</b> , correspondentes a saídas de mercadorias do Estado para <b>exportação</b> ou a remessas de mercadorias para formação de lote com fins específicos de exportação (bc = 70,588% do valor da prestação → carga tributária = 12%)
					Decreto nº <b>468/03</b>	Autoriza a concessão de <b>parcelamento</b> do diferencial de alíquotas devido por empresas prestadoras de serviços de transporte rodoviário interestadual e intermunicipal, devidamente inscritas no Cadastro de Contribuintes do Estado, na aquisição de caminhões para seu ativo imobilizado ( <b>10 parcelas fixas</b> )
					Decreto nº <b>767/03</b>	Redução da base de cálculo do ICMS nas operações internas com <b>máquinas pesadas</b> (tratores de lagarta, etc) (bc = 70,59% do valor da operação → carga tributária = 12%)
					Decreto nº <b>1.015/03</b>	<b>Isenção</b> do ICMS nas operações de importação e do diferencial de alíquotas de locomotivas, vagões, trilhos, máquinas, aparelhos, equipamentos, suas partes e peças, para uso pela <b>FERRONORTE S/A</b>
					Decreto nº <b>1.433/03</b>	<b>Diferimento</b> do ICMS incidente nas prestações de serviços de <b>transporte rodoviário e aéreo de cargas</b> , cujos remetente e destinatário da mercadoria sejam contribuintes estabelecidos dentro do território mato-grossense.

SECRETARIA ADJUNTA DA RECEITA PÚBLICA  
SIMPLIFICAÇÕES E REDUÇÕES TRIBUTÁRIAS EFETIVADAS DE 2003 A 2006

					Decreto nº <b>5.805/05</b>	Isenção de ICMS incidente na <b>importação</b> de bens para o ativo imobilizado aos contribuintes beneficiários com o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária – <b>REPORTO</b> –, instituído pela Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, para utilização exclusiva em porto localizado em território mato-grossense
					Decreto nº <b>6.302/05</b>	Isenção do ICMS nas aquisições de mercadorias e respectivas <b>prestações de serviços de transporte</b> – Programas de Fortalecimento e Modernização das Áreas de Gestão, de Planejamento e de Controle Externo – licitações/contratações conforme normas do BID
					Lei nº <b>8.425/05</b> Decreto nº <b>7.323/06</b>	Tratamento tributário relativo ao ICMS incidente na prestação de serviço de transporte de passageiros – <b>carga tributária = 4%</b> e <b>parcelamento cumulado c/ remissão de imposto</b>
					Decreto nº <b>7.717/06</b>	<b>Isenção</b> de ICMS nas saídas internas de bens para o ativo imobilizado aos contribuintes beneficiários com o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária – <b>REPORTO</b> –, instituído pela Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004
<b>9)</b>	4	22	SEFAZ	Oferecer tratamento diferenciado para o setor da mineração	Lei nº <b>7.958/03</b> Decreto nº <b>1.432/02</b>	Plano de Desenvolvimento de Mato Grosso: Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial Mato Grosso – PRODEIC, (obediência aos objetivos e diretrizes da política de desenvolvimento industrial, comercial, <b>mineral</b> e energético do Estado)
					Lei nº <b>8.431/05</b> Decreto nº <b>7.083/06</b>	Reformulação do Plano de Desenvolvimento de Mato Grosso

SECRETARIA ADJUNTA DA RECEITA PÚBLICA  
SIMPLIFICAÇÕES E REDUÇÕES TRIBUTÁRIAS EFFETIVADAS DE 2003 A 2006

10)	4	23	SEFAZ	Adotar medidas para recebimento da Dívida Ativa do Estado	Portaria nº <b>5/03- SEFAZ</b>	Disciplina a expedição de <b>Certidões de Créditos</b> dos servidores públicos estaduais – <b>compensação com débitos fiscais</b>
					Decreto nº <b>106/03</b>	Nova regulamentação da Lei nº 7.538, de 22/11/01, com as modificações introduzidas pela Lei nº 7.697, de 1º/07/02, Lei nº 7.712, de 09/09/02, Lei nº 7.714, de 18/09/02, e prorrogação dada pela Lei nº 7.848, de 18/12/02, que tratam da <b>compensação de créditos de precatórios e verbas salariais com débitos fiscais</b>
					Lei nº <b>7.948/03</b> Decreto nº <b>1.535/03</b>	Dispõe sobre a <b>compensação de dívidas líquidas e certas</b> , de responsabilidade do Estado de Mato Grosso, suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, inclusive em liquidação ordinária, <b>com créditos tributários e não tributários</b> pertencentes a estes entes, e dá outras providências.
					Lei nº <b>8.040/03</b> Decreto nº <b>2.728/03</b>	<b>Renegociação de dívidas do FUNDEIC</b> , inclusive inscritas na Dívida Ativa
					Lei nº <b>8.254/04</b> Decreto nº <b>6.023/05</b>	Instituição do REFAZ – Regulamentação de <b>parcelamento cumulado com redução de multas e juros</b> de débitos inscritos em dívida ativa
					Lei nº <b>8.261/04</b>	FUNDEJUS – depósitos judiciais – <b>transformação em pagamento</b> do crédito fazendário
					Lei nº <b>8.279/04</b> Decreto nº <b>5.478/05</b>	Dispõe sobre a <b>compensação de dívidas líquidas e certas</b> , de responsabilidade do Estado de Mato Grosso, suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, inclusive em liquidação ordinária, <b>com créditos tributários e não tributários</b> pertencentes a estes entes, e dá outras providências.
					Portaria nº <b>6/05- SEFAZ</b>	Criação da <b>Central de Compensação</b>

SECRETARIA ADJUNTA DA RECEITA PÚBLICA  
SIMPLIFICAÇÕES E REDUÇÕES TRIBUTÁRIAS EFETIVADAS DE 2003 A 2006

11)	4	24	SEFAZ	Ampliar paulatinamente o quadro de Auditores Fiscais e de Agentes de Tributação			
12)	4	25	SEFAZ	Combater a sonegação com o aperfeiçoamento dos mecanismos de fiscalização	Portaria nº 22/03-SEFAZ	Aperfeiçoamento do <b>sistema de controle dos usuários de processamento de dados</b> para emissão de documentos fiscais e escrituração fiscal	
					Portaria nº 62/03-SEFAZ	Institui Programa Especial de Fiscalização e Acompanhamento dos Contribuintes Mato-grossenses – <b>fiscalização preventiva e orientativa</b> – (Programa expirado em 31.01.2004)	
					Decreto nº 989/03	<b>Glosa de crédito</b> nas entradas de mercadorias adquiridas de fornecedores favorecidos com benefícios fiscais concedidos sem respaldo do CONFAZ	
					Portaria nº 89/03-SEFAZ	Aperfeiçoamento da <b>GIA-ICMS Eletrônica – evolução</b> do Sistema disponibilizado	
					Portaria nº 91/03-SEFAZ	Aperfeiçoamento do controle da circulação do <b>café</b> no território mato-grossense – <b>lacre</b>	
					Decreto nº 1.268/03	Aperfeiçoamento do <b>Sistema de Conta Corrente Fiscal</b> : implantação do Aviso de Cobrança; disciplina da remessa de acordos de parcelamentos denunciados para inscrição em Dívida Ativa	
					Decreto nº 1.370/03	Reformulação do “Programa Consciência Fiscal”	
					Decreto nº 1.562/03	Disciplina a <b>emissão eletrônica</b> de Guia de Trânsito de Mercadoria – <b>GTM</b>	
					Portaria nº 136/03-SEFAZ	Grandes consumidores de combustível – <b>recolhimento antecipado</b> – ressalvadas as hipóteses de credenciamento junto à SEFAZ	

SECRETARIA ADJUNTA DA RECEITA PÚBLICA  
SIMPLIFICAÇÕES E REDUÇÕES TRIBUTÁRIAS EFFETIVADAS DE 2003 A 2006

					Portaria nº <b>112/03-SEFAZ</b>	Grandes consumidores de combustível – <b>obrigatoriedade de declaração prévia à SEFAZ</b>
					Portaria nº <b>10/04-SEFAZ</b>	Institui o <b>Sistema de Controle de Notas Fiscais</b> para empresas <b>transportadoras</b>
					Decreto nº <b>2.660/03</b>	Aperfeiçoamento do <b>Sistema de Conta Corrente Fiscal</b> : implantação do controle de recolhimento do ICMS Garantido Integral
					Portaria nº <b>30/04-SEFAZ</b>	Requisitos especiais para inscrição estadual para contribuintes dos segmentos de <b>beneficiamento e industrialização de produtos primários de origem vegetal, frigoríficos e armazéns gerais</b>
					Decreto nº <b>2.780/03</b>	Aperfeiçoamento do <b>Sistema de Conta Corrente Fiscal</b> : implantação do controle de recolhimento do ICMS Garantido Integral – Formação de Estoque
					Portaria nº <b>5/04-Conjunta</b>	<b>Cooperação</b> entre as Secretarias de Estado de Fazenda e de Justiça e Segurança Pública – <b>atividades conjuntas de fiscalização</b>
					Portaria nº <b>72/04-SEFAZ</b>	Reformula <b>critérios</b> para obtenção da <b>base de cálculo</b> do ICMS na prestação de serviços de <b>transporte de combustível</b>
					Portaria nº <b>87/04-SEFAZ</b>	Controle manual de <b>parcelamento do ITCD</b>
					Portaria nº <b>116/04-SEFAZ</b>	Inclui novas mercadorias no regime de substituição tributária – <b>rações tipo pet para animais</b>
					Portaria nº <b>118/04-SEFAZ</b>	Inclui novas mercadorias no regime de substituição tributária – <b>bebidas hidroeletrólíticas (isotônicas) e energéticas</b>
					Decreto nº <b>3.953/94</b>	Implantação do Sistema de Conta Corrente Fiscal do IPVA – <b>parcelamento eletrônico</b> de débitos do IPVA
					Portaria nº <b>140/04-SEFAZ</b>	Reformula os procedimentos para <b>credenciamento</b> dos <b>contribuintes exportadores</b> e das remessas de mercadorias para <b>exportação</b> ou com o <b>fim específico de exportação</b>



SECRETARIA ADJUNTA DA RECEITA PÚBLICA  
SIMPLIFICAÇÕES E REDUÇÕES TRIBUTÁRIAS EFETIVADAS DE 2003 A 2006

					Decreto nº <b>4.540/04</b>	Reformula a <b>glosa de crédito</b> nas entradas de mercadorias adquiridas de fornecedores favorecidos com benefícios fiscais concedidos sem respaldo do CONFAZ
					Portaria nº <b>01/05-SEFAZ</b>	Institui <b>Selo Fiscal de Autenticidade</b> para fixação em DAR-1/AUT <b>(vigência até 29.11.05)</b>
					Portaria nº <b>23/05-SEFAZ</b>	Compartilhamento de documentos e informações com a <b>JUCEMAT e Receita Federal</b> para fins de <b>inscrição estadual</b> no CCE/MT
					Decreto nº <b>5.243/05</b> Portaria nº <b>24/05-SEFAZ</b>	Implantação da CND e CPND, por processamento eletrônico de dados
					Portaria nº <b>31/05-SEFAZ</b>	Institui Sistema de Digitação de Notas Fiscais de Saídas Interestaduais – <b>soja, madeira, combustíveis, miudezas carnes e comestíveis comestíveis, carne cozida enlatada e corned beef</b> , das espécies bovina, bufalina e suína
					Decreto nº <b>5.318/05</b> Portaria nº <b>49/05-SEFAZ</b>	Instituição da <b>AIDF eletrônica</b> (emissão e controle por <b>processamento eletrônico de dados</b> )
					Portaria nº <b>29/05-SEFAZ</b>	Institui modelo de Nota Fiscal de Produtor e <i>Avulsa-eletrônica</i> – <b>NFPA-e</b>
					Decreto nº <b>5.409/05</b> Portaria nº <b>43/05-SEFAZ</b>	Dispõe sobre o Sistema Eletrônico de Controle de <b>ECF</b>
					Decreto nº <b>5.795/06</b>	Amplia critérios de <b>glosa de crédito</b> nas entradas de mercadorias adquiridas de fornecedores favorecidos com benefícios fiscais concedidos sem respaldo do CONFAZ

SECRETARIA ADJUNTA DA RECEITA PÚBLICA  
SIMPLIFICAÇÕES E REDUÇÕES TRIBUTÁRIAS EFFETIVADAS DE 2003 A 2006

	Portaria nº <b>65/05-SEFAZ</b>	Submete a regime especial de fiscalização os contribuintes com irregularidades – <b>recolhimento do imposto a cada saída interestadual</b>
	Portaria nº <b>67/05-SEFAZ</b>	Reformula os procedimentos para <b>credenciamento</b> dos <b>contribuintes exportadores</b> e das remessas de mercadorias para <b>exportação</b> ou com o <b>fim específico de exportação</b>
	Decreto nº <b>5.990/05</b>	Regime especial de fiscalização dos contribuintes do ICMS que utilizarem veículo automotor com <b>tanque de combustível suplementar</b>
	Portaria nº <b>81/05-SEFAZ</b>	Reformula o <b>Sistema AIDF-e</b>
	Portaria nº <b>87/05-SEFAZ</b>	Dispõe sobre o Sistema de Controle Interestadual de Mercadorias em Trânsito – <b>Passo Fiscal</b>
	Decreto nº <b>6.154/05</b>	Estabelece <b>obrigação de inscrição no CCE/MT</b> para os contribuintes de outras UF que <b>adquirirem álcool anidro combustível</b> ou <b>álcool hidratado combustível</b> no território mato-grossense
	Lei nº <b>8.356/05</b>	<b>Cassação</b> de inscrição estadual no CCE/MT de contribuinte do <b>segmento de combustível</b> que estiver irregular junto à ANP
	Portaria nº <b>128/05-SEFAZ</b>	Normas de segurança – liberação de <b>acesso aos sistemas informatizados</b> da SARP
	Portaria nº <b>129/05-SEFAZ</b>	Aperfeiçoamento do <b>sistema de controle dos usuários de processamento de dados</b> para emissão de documentos fiscais e escrituração fiscal
	Portaria nº <b>169/05-SEFAZ</b>	Dispõe sobre o Sistema de Gerenciamento Eletrônico do Termo de Apreensão e Depósito – <b>Sistema TAD-e</b>
	Decreto nº <b>6.947/05</b>	Sistema de Conta Corrente Fiscal para concessão e controle <b>eletrônico</b> do <b>parcelamento do diferencial de alíquotas</b> de caminhões, máquinas, equipamentos, implementos industriais e agrícolas ( <b>10 parcelas fixas</b> )



SECRETARIA ADJUNTA DA RECEITA PÚBLICA  
SIMPLIFICAÇÕES E REDUÇÕES TRIBUTÁRIAS EFFETIVADAS DE 2003 A 2006

14)	4	27	SEFAZ	Redução de custo de obras e de aquisição de bens e serviços		Decreto nº 1.736/03	Dispõe sobre a identificação, para fins de cálculo de <b>valor final de aquisição</b> , da parcela referente à <b>diferença entre alíquotas</b> interestadual e interna nos <b>preços ofertados nas licitações realizadas pelas entidades da Administração Pública Estadual Indireta</b> .
						Decreto nº 3.413/04	Redução da base de cálculo do ICMS em 100% ( <b>carga tributária = zero</b> ), nas saídas internas de bens, mercadorias e serviços destinadas a fundações de direito público e privado, estabelecidas no território mato-grossense – ( <b>programas sociais desenvolvidos pelo Estado</b> ) - <u>benefício expirado em 31.12.2004</u>
						Decreto nº 4.301/04	Isenção do ICMS nas aquisições de bens, mercadorias e serviços por órgãos do Poder Executivo da Administração Pública Estadual Direta e pelas Fundações e Autarquias do Estado
						Decreto nº 6.302/05	Isenção do ICMS nas aquisições de mercadorias e respectivas prestações de serviços de transporte – <b>Programas de Fortalecimento e Modernização das Áreas de Gestão, de Planejamento e de Controle Externo</b> – licitações/contratações conforme normas do BID
						Decreto nº 6.719/05	Estende a isenção do ICMS nas aquisições de bens, mercadorias e serviços por órgãos do Poder Executivo da Administração Pública Estadual Direta e pelas Fundações e Autarquias do Estado, também às hipóteses de <b>veículos novos e combustíveis</b>
15)	4	29	SEFAZ	Renegociar o perfil da dívida do Estado com o Tesouro Nacional			

SECRETARIA ADJUNTA DA RECEITA PÚBLICA  
SIMPLIFICAÇÕES E REDUÇÕES TRIBUTÁRIAS EFFETIVADAS DE 2003 A 2006

16)	4	30	SEFAZ	Levantar e discutir um perfil de resgate dos precatórios nos primeiros cem dias de governo	Portaria nº <b>5/03- SEFAZ</b>	Disciplina a expedição de <b>Certidões de Créditos</b> dos servidores públicos estaduais – <b>compensação com débitos fiscais</b>
					Decreto nº <b>106/03</b>	Nova regulamentação da Lei nº 7.538, de 22/11/01, com as modificações introduzidas pela Lei nº 7.697, de 1º/07/02, Lei nº 7.712, de 09/09/02, Lei nº 7.714, de 18/09/02, e prorrogação dada pela Lei nº 7.848, de 18/12/02, que tratam da <b>compensação de créditos de precatórios e verbas salariais com débitos fiscais</b>
					Decreto nº <b>1.120/03</b>	Acréscimo de novo critério no Decreto nº 3.828/02, para <b>quitação de débitos salariais</b> acima de R\$ 750,00
					Lei nº <b>7.948/03</b> Decreto nº <b>1.535/03</b>	Dispõe sobre a <b>compensação de dívidas líquidas e certas</b> , de responsabilidade do Estado de Mato Grosso, suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, inclusive em liquidação ordinária, <b>com créditos tributários e não tributários</b> pertencentes a estes entes, e dá outras providências.
					Decreto nº <b>3.122/04</b>	Disciplina a <b>compensação de cartas de créditos</b> dos servidores públicos estaduais com débitos provenientes de <b>financiamento habitacional</b> .
					Portaria nº <b>6/05- SEFAZ</b>	Criação da <b>Central de Compensação</b>
					Lei nº <b>8.279/04</b> Decreto nº <b>5.478/05</b>	Dispõe sobre a <b>compensação de dívidas líquidas e certas</b> , de responsabilidade do Estado de Mato Grosso, suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, inclusive em liquidação ordinária, <b>com créditos tributários e não tributários</b> pertencentes a estes entes, e dá outras providências.

SECRETARIA ADJUNTA DA RECEITA PÚBLICA  
SIMPLIFICAÇÕES E REDUÇÕES TRIBUTÁRIAS EFFETIVADAS DE 2003 A 2006

17)	2	9	SEFAZ	Reduzir a carga tributária sobre insumos agrícolas e sobre alimentos, como estratégia para diminuir os custos de produção e os preços dos alimentos	Decreto nº <b>650/03</b>	Aumento do percentual de redução da base de cálculo do ICMS no fornecimento de refeições (anterior: bc = 70% do valor da operação → carga tributária = 12%; atual: bc = 41,18% do valor da operação → carga tributária = 7%)
					Decreto nº <b>902/03</b>	Diferimento do ICMS nas operações internas com <b>semente de girassol</b> , de produção mato-grossense, e com <b>café beneficiado</b> com destino a torrefação ou moagem no território do Estado
					Decreto nº <b>1.013/03</b>	Diferimento do ICMS nas saídas de estabelecimento produtor de <b>produto in natura</b> de origem mato-grossense
					Decreto nº <b>1.480/03</b>	<b>Inclusão</b> de novos produtos no <b>rol de insumos agrícolas</b> favorecidos com os <b>benefícios do Convênio ICMS 100/97</b> (redução de base de cálculo nas operações interestaduais e isenção nas operações internas)
					Decreto nº <b>4.301/04</b>	<b>Inclusão</b> de novos produtos no <b>rol de insumos agrícolas</b> favorecidos com os <b>benefícios do Convênio ICMS 100/97</b> (redução de base de cálculo nas operações interestaduais e isenção nas operações internas)
					Decreto nº <b>5.805/05</b>	<b>Inclusão</b> de novos produtos no <b>rol de insumos agrícolas</b> favorecidos com os <b>benefícios do Convênio ICMS 100/97</b> (redução de base de cálculo nas operações interestaduais e isenção nas operações internas)
					Decreto nº <b>6.141/05</b>	Redução de base de cálculo dos produtos resultantes da industrialização da mandioca ( <b>carga tributária = 7%</b> )
					Decreto nº <b>6.302/05</b>	<b>Extensão</b> da isenção do ICMS nas saídas internas de insumos agropecuários arrolados no <b>Convênio ICMS 100/97</b> às saídas de sementes de <b>campos de produção</b>
					Decreto nº <b>6.986/06</b>	<b>Ampliação</b> do rol dos <b>insumos agrícolas</b> alcançados pelo diferimento do ICMS na <b>importação</b>
Decreto nº <b>7.122/06</b>	<b>Inclusão</b> de novos produtos no <b>rol de insumos agrícolas</b> favorecidos com os <b>benefícios do Convênio ICMS 100/97</b> (redução de base de cálculo nas operações interestaduais e isenção nas operações internas)					

SECRETARIA ADJUNTA DA RECEITA PÚBLICA  
SIMPLIFICAÇÕES E REDUÇÕES TRIBUTÁRIAS EFETIVADAS DE 2003 A 2006

					Decreto nº <b>7.123/06</b>	<b>Inclusão</b> de novos produtos no <b>rol de insumos agrícolas</b> favorecidos com os <b>benefícios do Convênio ICMS 100/97</b> (redução de base de cálculo nas operações interestaduais e isenção nas operações internas)
<b>18)</b>	2	10	SEFAZ	Revisar a política fiscal, visando a redução da carga tributária	Decreto nº <b>54/03</b>	Instituição do regime de estimativa para frigoríficos, relativamente às saídas interestaduais de carnes e miudezas comestíveis das espécies bovina/bubalina – <b>definição do valor anual do imposto pelo segmento – encerramento da cadeia tributária</b>
					Lei nº <b>7.900/03</b>	Revisão dos critérios de correção monetária e juros moratórios ( <b>exclusão da Taxa Selic – alteração da UPFMT semestral</b> )
					Decreto nº <b>768/03</b>	Concessão de crédito presumido nas saídas interestaduais de <b>farelo de soja</b> (carga tributária = 4,2%) e <b>óleo de soja degomado</b> (carga tributária = 7%)
					Lei nº <b>7.925/03</b> Lei nº <b>8.093/04</b> Lei nº <b>8.314/05</b>	Isenção do ICMS – saídas internas de <b>caminhões, ônibus, ambulâncias, tratores e máquinas rodoviárias</b> para o Poder Executivo dos <b>Municípios</b> mato-grossenses
					Decreto nº <b>1.111/03</b>	<b>Crédito presumido</b> nas saídas interestaduais dos produtos resultantes do beneficiamento da <b>mamona</b> , processado no território mato-grossense (carga tributária = 2,4%) – <u>benefício expirado em 31.12.2003</u>
					Decreto nº <b>1.775/03</b>	Amplia o rol de beneficiários para concessão de <b>parcelamento do diferencial de alíquotas</b> , para incluir <b>estabelecimentos industriais e estabelecimentos agrícolas</b> , respectivamente, na aquisição de máquinas e equipamentos industriais e máquinas, equipamentos e implementos agrícolas ( <b>10 parcelas fixas</b> )
					Decreto nº <b>2.127/03</b>	Redução da <b>carga tributária</b> do ICMS incidente nas <b>importações</b> dos <b>bens</b> arrolados no Convênio ICMS 52/91, igualando-a ao mesmo percentual devido a título de diferencial de alíquotas (máquinas e equipamentos <b>industriais: 3,66%</b> ; e máquinas, equipamentos e implementos <b>agrícolas: 1,50%</b> )

SECRETARIA ADJUNTA DA RECEITA PÚBLICA  
SIMPLIFICAÇÕES E REDUÇÕES TRIBUTÁRIAS EFFETIVADAS DE 2003 A 2006

		Estende a concessão de <b>parcelamento</b> do <b>diferencial de alíquotas</b> , nas aquisições de <b>caminhões</b> por estabelecimentos agropecuários e produtores primários ( <b>10 parcelas fixas</b> )
	Decreto nº <b>2.125/03</b>	Regulamentação da Lei nº 7.850/02 – <b>Regulamento do ITCD (alíquotas progressivas)</b>
	Decreto n.º <b>2.266/03</b>	Redução da carga tributária do ICMS nas saídas internas de <b>cimentos asfálticos e similares a 7%</b> do valor agregado
	Lei nº <b>8.059/03</b>	FUPIS – facultada ao contribuinte mato-grossense que atue no ramo de construção civil a opção pela contribuição ao FUPIS, dedutível do diferencial de alíquotas.
	Decreto nº <b>2.605/03</b>	Estende a concessão de <b>parcelamento</b> do <b>diferencial de alíquotas</b> , nas aquisições de <b>caminhões</b> por estabelecimentos industriais ( <b>10 parcelas fixas</b> )
	Decreto nº <b>2.629/03</b>	Reformulação do regime de estimativa para frigoríficos, relativamente às saídas interestaduais de carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas, bem como <b>charque, carne cozida enlatada e corned beef</b> das espécies bovina/bubalina – definição do valor anual do imposto pelo segmento – encerramento da cadeia tributária
	Decreto nº <b>2.824/04</b>	Reformulação do regime de estimativa para frigoríficos, relativamente às saídas interestaduais de carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas, bem como <b>charque, carne cozida enlatada e corned beef</b> das espécies bovina/bubalina, para alcançar também a espécie <b>suína</b> , bem como as <b>carnes de aves e peixes</b>
	Portaria nº <b>87/04-SEFAZ</b>	Disciplina <b>parcelamento do ITCD</b> cumulado com <b>redução de multa e juros</b>
	Lei nº <b>8.130/04</b> Decreto <b>3.953/04</b>	Concessão de parcelamento de débitos do IPVA vencidos até 31.12.2003 em <b>12 parcelas fixas</b>
	Decreto nº <b>4.009/04</b>	Benefícios do PROALMAT – <b>redução de base de cálculo</b> do ICMS nas saídas de <b>algodão em pluma</b> , promovidas pelo produtor com destino à CONAB



SECRETARIA ADJUNTA DA RECEITA PÚBLICA  
SIMPLIFICAÇÕES E REDUÇÕES TRIBUTÁRIAS EFETIVADAS DE 2003 A 2006

					Decreto nº <b>4.081/04</b>	Regime especial, <b>definido em Protocolo celebrado com SINDALCOOL-MT</b> , para recolhimento do ICMS devido por usinas de álcool e açúcar, definido no Protocolo
					Decreto nº <b>4.316/04</b>	Estende a concessão de <b>parcelamento do diferencial de alíquotas</b> , nas aquisições de <b>caminhões, máquinas e equipamentos industriais e máquinas, implementos e equipamentos agrícolas</b> a contribuintes mato-grossenses <b>(10 parcelas fixas)</b>
					Decreto nº <b>4.314/04</b>	Regulamentação do FUPIS – facultada ao contribuinte mato-grossense que atue no ramo de construção civil a opção pela contribuição ao FUPIS, dedutível do diferencial de alíquotas.
					Decreto nº <b>4.955/04</b>	Reformulação do regime de estimativa para frigoríficos, relativamente às saídas interestaduais de carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas, bem como <b>charque, carne cozida enlatada e corned beef</b> das espécies bovina/bubalina e suínas – <b>excluídas</b> as carnes de aves e peixes
					Lei nº <b>8.234/04</b>	<b>Remissão</b> de débitos fiscais cujo valor originário seja inferior a R\$ 1,00
					Decreto nº <b>5.083/05</b>	<b>Remissão</b> de débitos relativos ao ICMS – FG até 31.12.2003, montante inferior a uma UPFMT
					Lei nº <b>8.254/05</b>	Programa REFAZ-Fazenda – regulamentação do <b>parcelamento</b>
					Decreto nº <b>5.425/05</b>	<b>redução de multas e juros</b> – débitos do ICMS não encaminhados para inscrição em dívida ativa
					Decreto nº <b>5.805/05</b>	Isenção de ICMS na importação de <b>tratores agrícolas</b> , conforme especificação
					Decreto nº <b>5.991/05</b>	Continuidade do PROALMAT
					Lei nº <b>8.351/05</b>	<b>Crédito presumido</b> nas saídas interestaduais de <b>gado em pé</b> ,
					Decreto nº <b>6.105/05</b>	promovidas por produtores rurais (carga tributária = 3%)

SECRETARIA ADJUNTA DA RECEITA PÚBLICA  
SIMPLIFICAÇÕES E REDUÇÕES TRIBUTÁRIAS EFFETIVADAS DE 2003 A 2006

					Lei nº <b>8.331/05</b> Decreto nº <b>6.495/05</b>	Regulamentação do FUPIS – <b>redução de base de cálculo do diferencial de alíquotas</b> para o contribuinte mato-grossense que atue no ramo de <b>construção civil</b> , optante pela contribuição ao FUPIS, bem como <b>remissão</b> dos créditos tributários pertinentes ao diferencial de alíquotas, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não.
					Decreto nº <b>6.882/05</b>	<b>Redução de base de cálculo</b> do ICMS incidente na importação e nas saídas internas de <b>gás natural veicular</b>
					Decreto nº <b>6.936/05</b>	Reformulação do regime de estimativa para frigoríficos, relativamente às saídas interestaduais de carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas, bem como charque, carne cozida enlatada e <i>corned beef</i> das espécies bovina/bubalina e suínas, para alcançar também os <b>subprodutos do abate</b> , exceto couro bovino e bubalino
					Decreto nº <b>6.937/05</b>	Benefícios do PROALMAT – <b>redução de base de cálculo</b> do ICMS nas saídas de <b>algodão em pluma</b> , promovidas por cooperativas de produtores com destino estabelecimento industrial ou comercial, localizado neste Estado
					Portaria nº <b>26/06-SEFAZ</b>	Institui o Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Créditos Fiscais – <b>Sistema PAC/RUC</b>
					Decreto nº <b>7.410/06</b>	Reformulação da concessão de <b>Crédito presumido</b> nas saídas interestaduais de <b>gado em pé</b> , promovidas por produtores rurais (carga tributária = 7%)
					Decreto nº <b>7.457/06</b>	Redução de <b>base de cálculo</b> nas saídas interestaduais de <b>carne e demais produtos comestíveis</b> frescos, resfriados, congelados, salgados, secos ou temperados, resultantes do abate de aves, leporídeos e gado bovino, bufalino, caprino, ovino e suínos
					Decreto nº <b>7.510/06</b>	Diferimento do ICMS – saídas internas de <b>lenha</b> para utilização em processo de combustão

SECRETARIA ADJUNTA DA RECEITA PÚBLICA  
SIMPLIFICAÇÕES E REDUÇÕES TRIBUTÁRIAS EFFETIVADAS DE 2003 A 2006

19)	2	30	SEFAZ	Reestruturar a Política de Tributação Mineral, tratando de forma diferenciada os investimentos para implantação dos pólos produtores de rochas ornamentais, produtos manufaturados, semi-acabados e acabados		
20)	2	44	SEFAZ	Instituir, no âmbito interno da administração, ações integradas entre as secretarias com atividades afins ao planejamento turístico, visando (...)	Lei nº <b>7.958/03</b> Decreto nº <b>1.432/02</b>	Plano de Desenvolvimento de Mato Grosso: Programa de Desenvolvimento do Turismo (obediência aos objetivos e diretrizes da política de desenvolvimento <b>do turismo</b> do Estado)
					Lei nº <b>8.409/05</b>	Cria o Fundo de Desenvolvimento do Turismo - FUNTUR
					Lei nº <b>8.431/05</b> Decreto nº <b>7.083/06</b>	Reformulação do Plano de Desenvolvimento de Mato Grosso
21)	2	62	SEFAZ	Criar incentivos específicos para viabilizar a exportação de serviços	Decreto nº <b>186/03</b>	Dispensa de regime especial para exportação cujo desembaraço aduaneiro seja processado em recinto de EADI, instalada no território mato-grossense